

Sob a tutela judicial e militar

O JUDICIÁRIO PAUTA-SE PELO PARTIDARISMO E PELA PARCIALIDADE. E AS FORÇAS ARMADAS SAÍRAM DO ARMÁRIO

por ALDO FORNAZIERI*

As eleições presidenciais de 2018 não são livres. Elas ocorrem sob a tutela do Judiciário e das Forças Armadas.

Esses dois setores, numa relação de pressão e de associação, impuseram ao povo brasileiro a exclusão de Lula do pleito.

O Judiciário, em várias de suas instâncias, tem se pautado pelo partidarismo, pela ideologia, pela politização e pela parcialidade. Todo o processo que conduziu à condenação, prisão e exclusão de Lula das eleições está contaminado por ilegalidades e pelo arbítrio de juízes, desembargadores e ministros dos tribunais superiores, como está exaustivamente demonstrado por juristas e analistas políticos. Dessa forma, as eleições vêm marcadas por significativo grau de ilegitimidade que poderá transbordar em contestação do eleito e com a continuidade da crise política para além de 2018.

As Forças Armadas, tanto no momento do julgamento de um *habeas corpus* de Lula quanto agora, na reta final das análises dos recursos eleitorais, vetaram claramente o ex-presidente Lula. As condutas dos juízes e dos militares descaracterizam ainda mais o nosso regime como



O general Villas Bôas abandonou a discrição e lembrou as vivandeiras do passado

democrático e evidenciam os variados graus de estado de exceção com os quais as instituições públicas operam. Essa exceção na esfera judicial, militar e policial tem se expandido desde o golpe que derubou Dilma Rousseff.

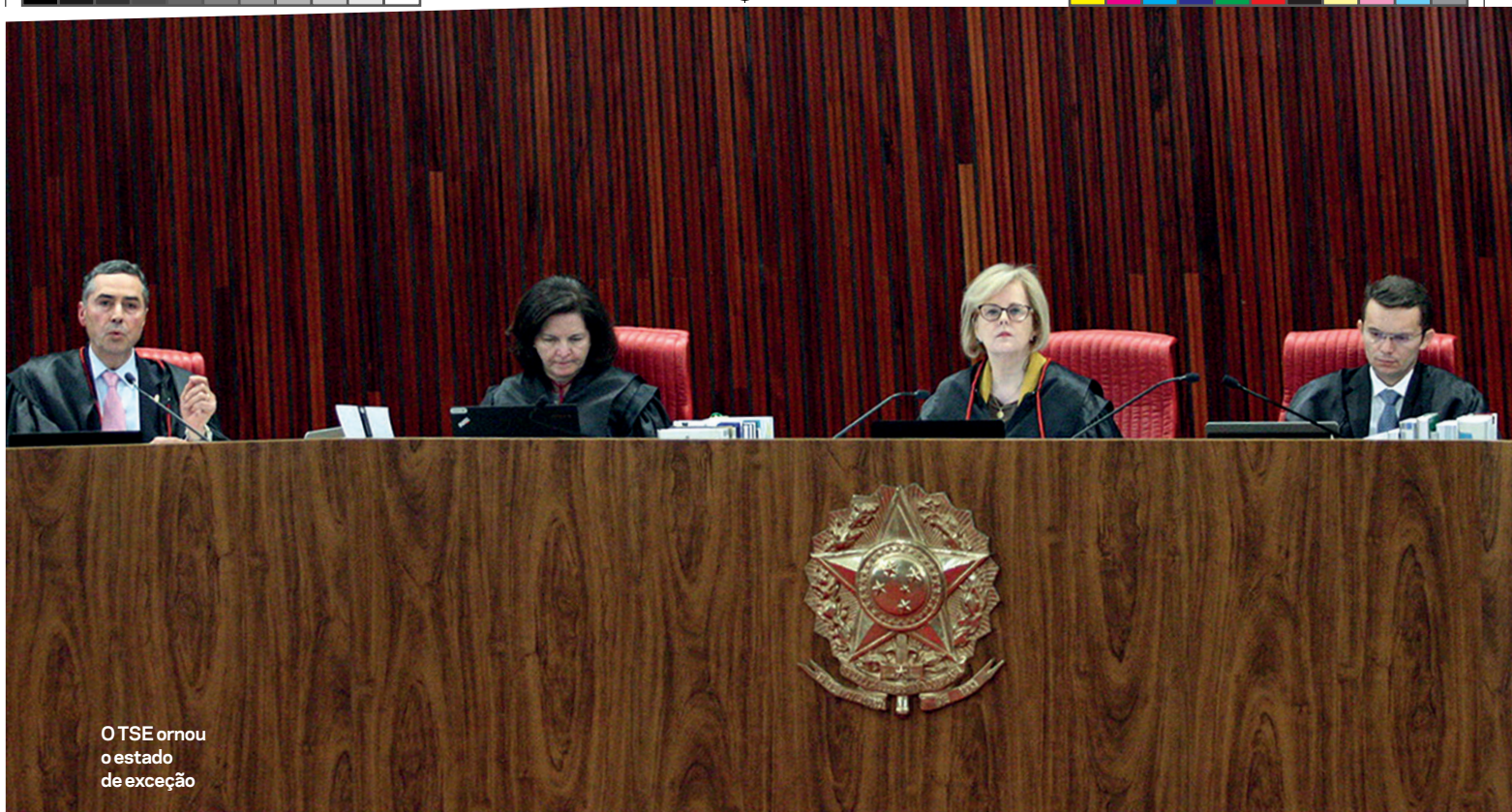
O PT, sob o martelo de juízes arbitrários e sob a pressão dos “profissionais da violência”, foi obrigado a substituir Lula por Fernando Haddad. Sob os mesmos martelos e as mesmas ameaças, o povo viu-se expropriado do seu maior líder, de sua maior esperança, e o Brasil não poderá contar com a força e com a energia que emanam da soberania popular para potencializar um presidente forte que fosse capaz de refutar a crise, a

desunião, o desemprego e a tragédia social, fatores que deixam o País sem futuro.

As consequências trágicas dessa vilania se propagarão por décadas e as feridas políticas que se abriram no período recente não serão curadas pelo desacreditado remédio da conciliação. Dessas feridas o povo haverá de compreender que sem luta e organização não há como enfrentar as elites predatórias que sempre dominaram o País, e não há como conquistar direitos de forma duradoura.

Da violência perpetrada contra o povo, contra os direitos, contra a democracia e contra Lula emergiu o atual cenário eleitoral para a Presidência da República. As pesquisas Datafolha e Ibope, realizadas após a interdição de Lula e a facada em Jair Bolsonaro, sinalizam que existem quatro candidatos na disputa: Bolsonaro, Ciro Gomes, Geraldo Alckmin e Fernando Haddad. Em tese, Marina Silva ainda tem chance, mas acusou recuos significativos nas duas sondagens. Se nada de imprevisto acontecer, esta tendência deverá se consolidar nas próximas duas semanas, para encaminhar um desfecho entre dois candidatos nos últimos dias da campanha.

Em síntese, as pesquisas mostram o seguinte: Bolsonaro consolidou o seu eleitorado, mas parece ter batido no teto. Ciro Gomes está no jogo e tende a atrair indecisos. Alckmin, para crescer, terá de



OTSE ornou
o estado
de exceção

derrubar Bolsonaro, que ainda não está garantido no segundo turno. E Haddad deverá crescer, viabilizando-se no eleitorado de Lula.

Enquanto Alckmin pode abrir guerra eleitoral contra Bolsonaro, Ciro e Haddad não podem nem devem fazer isso um contra o outro. Se não for para o segundo turno, dificilmente Bolsonaro apoiará alguém. Mas Ciro e Haddad precisarão um do outro. Ademais, como existe a aspiração por parte dos ativistas sociais acerca da criação de uma frente democrática e progressista, há uma inconveniência estratégica e até moral de uma guerra entre o pedetista e o petista. Na véspera da eleição, aquele que estiver na frente tenderá a ser beneficiário do voto útil, reduzindo os votos do outro.

As duas pesquisas mostram algumas contradições importantes entre si: o Datafolha aponta que a rejeição a Bolsonaro aumentou e o Ibope, que ela diminuiu. O Datafolha aponta um crescimento expressivo de Ciro e o Ibope, o recuo de 1 ponto. É remota a possibilidade de um segundo turno entre Ciro e Haddad, assim como entre Bolsonaro e Alckmin.

Alckmin também poderá ser beneficiário do voto útil, atraindo eleitores de

João Amôedo, Alvaro Dias e Henrique Meirelles.

As elites econômicas e estatais, contudo, não vão titubear em abraçar a candidatura de Bolsonaro se Alckmin não se mostrar viável. Setores do Judiciário, das Forças Armadas, do Ministério Público e das polícias abraçaram a candidatura do ex-capitão por afinidades ideológicas e porque ele encarna os ideais de privilégios e moralismo do alto funcionalismo público. Ele encarna os ideais autoritários e conservadores expressos pelos operadores da Lava Jato.

Bolsonaro foi também apadrinhado pela cúpula das Forças Armadas, particularmente do Exército, por pressão da oficialidade média. Antes rejeitado nos altos escalões militares, agora foi aceito. O general Augusto Heleno é a ponte entre Bolsonaro e a cúpula militar. Se vier a ser eleito, seu governo será tutorado pelos altos comandos das Forças Armadas.

AS FERIDAS POLÍTICAS ABERTAS NO PERÍODO RECENTE NÃO SERÃO CURADAS PELO DESACREDITADO REMÉDIO DA CONCILIAÇÃO

As pesquisas mostram também uma melhora de Bolsonaro nas simulações do segundo turno. A tese de que seria fácil derrotá-lo no segundo turno, por conta da alta rejeição, é falsa. Em primeiro lugar, porque o segundo turno se configura sempre como uma nova eleição. Os tempos de rádio e tevê serão iguais.

Em segundo lugar, na hipótese de um segundo turno entre Haddad e Bolsonaro ou entre Ciro e Bolsonaro, a disputa se configurará como uma verdadeira guerra de embates, ardis, emboscadas, denúncias e mentiras. A temperatura da disputa crescerá extraordinariamente.

O entorno da campanha de Bolsonaro especializou-se em propagar mentiras, falsas notícias, falsas montagens de imagens etc. O próprio constrangimento e as pressões judiciais e militares seriam postos em movimento em favor do candidato do partido dos estamentos burocráticos do alto funcionalismo público. É preciso que as campanhas se preparem para esses cenários de dificuldades, recusando o clima de oba-oba e do já ganhou de vários analistas de esquerda. É aquela velha história: quem não se prepara para as dificuldades e os imprevistos dos campos de batalha colhe derrotas. •

**Professor da Escola de Sociologia e Política (FESPSP)*